



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E ATOS CONGÊNERES**

PROCESSO: 60586.000157/2019-41

TERMO ADITIVO Nº 013-DETI-CONTRAT/2022

**Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 025/2019-MD,
firmado entre o Ministério da Defesa e a empresa
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS.**

A **UNIÃO**, entidade de direito público interno, por intermédio do **MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DEADI)**, CNPJ nº **03.277.610/0001-25**, denominado **CONTRATANTE**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q”, CEP 70049-900, na cidade de Brasília-DF, neste ato representado pelo Diretor do Departamento de Administração Interna Substituto, Senhor **LUCIANO PFEIFER MACEDO**, nomeado pela Portaria SEORI/SG-MD nº 1.305, de 14/03/2022 (publicada no DOU nº 52, Seção 2, de 17/03/2022), delegação de competência advinda da Portaria nº 130/SEORI/SG, de 10/01/2022 (publicada no DOU nº 8, de 12/01/2022) e Portaria nº 2.766/SEORI/SG-MD, de 18/08/2020 (publicada no Boletim Interno nº 34, de 21/08/2020), CPF nº 843.990.407-00, portador da Carteira de Identidade Militar nº 014952263-3 MD/EB, residente e domiciliado nesta Capital, e a empresa **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS**, inscrita no CNPJ sob o nº **00.336.701/0001-04**, denominada **CONTRATADA**, sediada no Setor de Indústrias Gráficas (SIG) Quadra 04, Lote 075 - Bloco A, Salas 214 a 224 - Edifício Capital Financial Center, CEP 70610-440, Brasília-DF, neste ato representada pelo Senhor **MARCOS BAFUTTO**, Diretor Comercial, portador da Carteira de Identidade nº 965886, SSP/GO, e CPF nº 288.748.031-68, e pelo Senhor **MAURO LUIS TEIXEIRA CEIA**, Gerente de Vendas, portador da Carteira de Identidade nº 052169232 (IFP RJ), e CPF nº 797.060.457-91, tendo em vista o que consta no Processo nº **60586.000157/2019-41**, tem entre si o presente **TERMO ADITIVO**, celebrado com amparo no art. 57, inciso II e § 2º da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Segunda do Termo de Contrato nº 025/2019-MD, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Prorrogar o prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses, contados de **30/06/2022 à 29/06/2023**.
- 1.2. Ratificar o valor global da contraprestação dos serviços em **R\$ 343.585,44 (trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais, quarenta e quatro centavos)**.
- 1.3. Ratificar o direito das partes ao reajuste dos preços dos serviços, com base no Índice de Serviço de Telecomunicações (IST), observadas as disposições do art. 5º do Decreto nº 1.054, de 7/2/1994, e demais normas legais aplicáveis.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1. As despesas decorrentes do instrumento contratual estão estimadas da seguinte forma: **R\$ 171.792,72 (cento e setenta e um mil, setecentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos)** para o exercício de 2022, que correrão à conta do Órgão: 52101, UGR: 110549-Departamento de Tecnologia da

Informação e Comunicação – DETIC, PTRES: 107236, Fonte: 100, AÇÃO: 2000 – Administração da Unidade, Programa: 2108 – Programa de Gestão e Manutenção da Unidade, ND 33.91.40.13 e **R\$ 171.792,72 (cento e setenta e um mil, setecentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos)** para o exercício de 2023, cuja Dotação será indicada tão logo seja disponibilizada

2.2. Tendo sido, para tanto, emitidas as Notas de Empenho nº 2022NE000401, de 28/03/2022.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO E RATIFICAÇÃO**

3.1. Com a alteração constante deste Termo, ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário.

3.2. O CONTRATANTE deve publicar este instrumento no Diário Oficial da União, para fim de eficácia, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente termo aditivo assinado eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

Pelo Contratante:

LUCIANO PFEIFER MACEDO

Diretor Substituto

Pela Contratada:

MARCOS BAFUTTO

Diretor Comercial

MAURO LUIS TEIXEIRA CEIA

Gerente de Vendas

Testemunhas:

ANDRÉ LUÍS MAIA BARUFFALDI

Gestor do Contrato

PEDRO PAULO DOS ANJOS TERRA

Fiscal Administrativo

VICTOR EINECKE MIGUEL

Fiscal Técnico

"Bicentenário da Independência - Soberania é Liberdade"



Bicentenário
DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
1 8 2 2 - 2 0 2 2



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis Maia Baruffaldi, Gerente**, em 31/03/2022, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Einecke Miguel, Fiscal de Contrato - Técnico**, em 31/03/2022, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo dos Anjos Terra, Especialista**, em 05/04/2022, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **MAURO LUIS TEIXEIRA CEIA, Usuário Externo**, em 05/04/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Bafutto, Usuário Externo**, em 05/04/2022, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Pfeifer Macedo, Diretor(a), substituto(a)**, em 06/04/2022, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **4857866** e o código CRC **A42BFF4C**.

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 2/2022

O Hospital das Forças Armadas torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 02/2022, Processo Administrativo 60550.012198/2021-11 cujo O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais odontológicos para a Divisão de Odontologia, destinados a atender as necessidades de consumo do Hospital das Forças Armadas - HFA conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Edital e seus anexos. Empresa: 02.482.141/0001-13 - DENAL BONSUCESSO PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, Total do Fornecedor: R\$ 40.772,95, 05.412.147/0001-02 - DENTAL OESTE EIRELI, Total do Fornecedor: R\$ 26.714,10, 08.886.401/0001-00 - DENTAL FREIRE & GOULART LTDA ,Total do Fornecedor: R\$ 6.750,00, 13.547.970/0001-53 - ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI, Total do Fornecedor: R\$1.886,20, 18.702.815/0001-88 - HEPRO COMERCIO LTDA, Total do Fornecedor: R\$ 2.180,00, 25.341.162/0001-14 - MEGA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUT, Total do Fornecedor: R\$ 20.265,70, 31.401.798/0001-07 - DENTAL BH BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ODONTO-MEDICO-HOS, Total do Fornecedor: R\$ 621,30, 34.412.925/0001-61 - ATHENA COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS E HOS, Total do Fornecedor: R\$ 38.599,80 Demais informações no sítio governamental www.comprasgovernamentais.gov.br.

ALEXANDRE MARKEL COTA DINIZ RODRIGUES-CEL ART
Ordenador de despesas

(SIDE - 06/04/2022) 112408-00001-2022NE800225

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022 - UASG 112408

Nº Processo: 60550019753202127. Objeto: Aquisição de material de consumo para a Seção Central de Abastecimento de Material Médico-Hospitalar visando atender as necessidades do Hospital das Forças Armadas - HFA. Processo Nº (60550.019753/2021-27).. Total de Itens Licitados: 146. Edital: 07/04/2022 das 09h00 às 12h00 e das 13h30 às 16h30. Endereço: Estrada Contorno do Bosque S/n - Setor Hfa, Sudoeste - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/112408-5-00039-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 07/04/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 25/04/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

ALEXANDER MARKEL COTA DINIZ RODRIGUES
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 06/04/2022) 112408-00001-2022NE800225

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 13/2022 - UASG 110404 - DEADI-MD

Número do Contrato: 25/2019.
Nº Processo: 60586.000157/2019-41.
Dispensa. Nº 59/2019. Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD. Contratado: 00.336.701/0001-04 - TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA TELEBRAS. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses.. Vigência: 30/06/2022 a 29/06/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 343.585,44. Data de Assinatura: 06/04/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 06/04/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 11/2022 - UASG 110404 - DEADI-MD

Número do Contrato: 18/2018.
Nº Processo: 60583.000225/2018-11.
Pregão. Nº 16/2018. Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD. Contratado: 61.600.839/0001-55 - CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE E. Objeto: Prorrogar a vigência contratual por um período de 12 (doze) meses.. Vigência: 01/06/2022 a 31/05/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 31.016,88. Data de Assinatura: 04/04/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 04/04/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 14/2022 - UASG 110404 - DEADI-MD

Número do Contrato: 5/2021.
Nº Processo: 60041.001677/2019-29.
Pregão. Nº 51/2020. Contratante: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD. Contratado: 04.198.254/0001-17 - MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA. Objeto: Acrescer 2 (duas) licenças adobe creative cloud, o que corresponde à aproximadamente 12,13% (vinte por cento) do valor total do contrato, perfazendo um acréscimo de R\$ 16.557,76 (dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos).. Vigência: 01/02/2021 a 01/02/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 153.057,76. Data de Assinatura: 06/04/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 06/04/2022).

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2022

PROCESSO Nº 60584.000107/2022-80
Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União, por intermédio do Ministério da Defesa (MD)/ Departamento de Administração Interna (DEADI), realizará CREDENCIAMENTO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Edital é o credenciamento de Instituições Financeiras visando à operacionalização de "CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO", nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 25 de maio de 2017, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica com o Ministério da Defesa.

1.1.1. Consideram-se Instituições Financeiras as pessoas jurídicas de direito público ou privado, que tenham como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O credenciamento não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

3. DA FORMA, PRAZO E CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

3.1. As instituições interessadas em celebrar Termo de Cooperação Técnica com vistas a operacionalizar "CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO" deverão encaminhar sua manifestação de interesse ao e-mail cofin@defesa.gov.br, a qualquer tempo.

3.1.1. O presente Edital ficará aberto por prazo indeterminado para ingresso de novos interessados.

3.2. Não haverá procedimento de classificação das manifestações, sendo que todas as Instituições Financeiras que se manifestarem e que atenderem as exigências do presente Edital poderão celebrar Termo de Cooperação Técnica.

3.3. Será vedada a participação de instituições:

- a) declaradas inidôneas por ato do Poder Público;

- b) pessoas físicas, cooperativas e interessados que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
c) impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas;
d) incluídas na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

e) incluídas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

f) incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

3.4. Ao se credenciar, a Instituição Financeira declara que concorda com os termos da minuta do Termo de Cooperação Técnica, anexo único ao presente Edital, cujo teor segue aquele do Anexo XII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, facultando-se a solicitação de ajustes ao seu teor com o fim de adequá-la às suas peculiaridades e rotinas.

3.5. O Termo de Cooperação Técnica terá sua vigência limitada a 60 (sessenta) meses, quando não houver causa que enseje sua rescisão.

3.6. As Instituições Financeiras deverão informar, quando da manifestação de interesse no credenciamento e sempre que houver alteração, as tarifas aplicáveis ao serviço de "CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO".

3.7. A Administração poderá negociar com a Instituição Financeira a isenção ou redução das tarifas eventualmente cobradas para abertura e movimentação da "CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO".

3.8. Em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da "CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO", os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. As interessadas deverão apresentar os seguintes documentos para sua habilitação jurídica:

4.1.1. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações devidamente registradas, em se tratando de sociedade empresária, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria ou contrato consolidado;

4.1.2. decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

4.1.3. indicação do representante legal da proponente, com a respectiva documentação, para praticar todos os atos necessários em nome da Instituição Financeira, em todas as etapas deste Credenciamento, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Contrato;

4.1.4. certidão ou declaração de que a instituição não se encontra sujeita a processo de liquidação extrajudicial, intervenção ou administração especial temporária;

4.2. As interessadas deverão apresentar os seguintes documentos para comprovação de sua regularidade fiscal:

4.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

4.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e

4.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5. DOS RECURSOS

5.1. A Instituição Financeira que não tiver aceito seu pedido de credenciamento poderá apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da resposta negativa.

5.2. Os demais interessados serão notificados da apresentação do recurso, para, querendo, apresentar contra-razões, em outros 5 (cinco) dias úteis, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa de seus interesses.

5.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1. As obrigações do Credenciado estão dispostas na Cláusula Quinta do Termo de Cooperação Técnica.

6.2. O Credenciado fica obrigado a manter durante toda a execução do Termo de Cooperação Técnica, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando do credenciamento, conforme prevê o inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

7.1. As obrigações do Credenciante estão dispostas na Cláusula Quarta do Termo de Cooperação Técnica.

8. DAS SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, quem:

a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência do credenciamento;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) falhar ou fraudar na execução do objeto;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) cometer fraude fiscal;

f) não mantiver a proposta; e,

g) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não iniciar a execução do objeto, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o credenciamento.

8.2. O Credenciado que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Credenciante;

b) descredenciamento;

c) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas, pelo prazo de até dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Credenciado ressarcir a Credenciante pelos prejuízos causados.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. A qualquer tempo, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

9.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail nupreg@defesa.gov.br.

9.3. Caberá à autoridade decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

9.4. Acolhida a impugnação, será alterado o Edital e novamente publicado, decidindo-se a respeito dos credenciamentos previamente celebrados.

9.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à autoridade, a qualquer tempo, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

